

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RJ000216/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/02/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR068461/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 13041.111116/2019-57
DATA DO PROTOCOLO: 04/12/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: e Registro nº:

Processo nº: 13041101168202130e Registro nº: RJ000301/2021

SIGABAM - SINDICATO DOS GARCONS BARM E MAI DO EST DO RJ, CNPJ n. 32.087.918/0001-06, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DOS HOTEIS RESTAURANTES BARES E S DE B MANSA, CNPJ n. 29.797.818/0001-69, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Garçons, Barmen e Maitres, Garçonetes, Atendentes de Mesas de Restaurantes e Atendentes de Mesas de Restaurantes Self Service, que exerçam as funções de Garçom e Cumins**, com abrangência territorial em **Angra dos Reis/RJ, Barra do Pirai/RJ, Barra Mansa/RJ, Itatiaia/RJ, Paraty/RJ, Pirai/RJ, Quatis/RJ, Resende/RJ, Rio Claro/RJ, Valença/RJ, Vassouras/RJ e Volta Redonda/RJ**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Fica estabelecido à título de piso salarial para Garçons, Barmen, Cumins e Atendentes em Restaurante: R\$ 1.139,50 (mil cento e trinta e nove reais e cinquenta centavos) e para Maitres: R\$ 1.188,50 (mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será concedido reajuste salarial no mês de outubro de 2019, a categoria que receber o salário acima do piso fixado no caput, terá o reajuste 4 % (quatro) por cento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido que caso a inflação acumula ultrapasse aos 10% (dez por cento) no período de 12 (doze) meses compreendido pela presente convenção, as partes integrantes desta convenção discutirão reposição a ser descontada na próxima data base.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas poderão ajustar com seus empregados o pagamento de salário-hora ou salário-dia, proporcional ao número de horas ou dias trabalhados, respeitando, sempre, ainda que nos casos supra mencionados, o piso da categoria profissional da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica estabelecido que durante o contrato de experiência o empregado recém admitido receberá o salário mínimo instituído pelo Governo Federal e após esse período o empregado passará a receber o Piso Normativo da Categoria, instituído nessa Convenção Coletiva de Trabalho.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUARTA - SUBSTITUIDO (SUCESSOR)

Será garantido ao empregado admitido para afunção do outro, cujo contrato tenha sido rescindido por justa causa, salário igual ao substituído, desde que apto para exercer a mesma função na especialidade e ultrapassando o período da experiência e no máximo de 90 (noventa) dias.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Será obrigatório a anotação pelo empregador da estimativa de gorjetas na CTPS do empregado, conforme Parágrafo Primeiro do Artigo 29 da CLT.

CLÁUSULA SEXTA - AUXILIO FUNERAL

As empresas ficam obrigadas a conceder um salário base do empregado que vier a falecer, pago mediante apresentação do testado de óbito, observados os dispositivos legais relativos aos dependentes, para atender as primeiras necessidades da família do empregado falecido.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outros Adicionais

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE

Aos garçons, barmen e maitres e demais membros da categoria, será garantido um salário adicional de 5% (cinco por cento) do salário praticado, a título de produtividade, que será aplicado previsto na cláusula anterior.

CLÁUSULA OITAVA - DAS GORJETAS ESPONTÂNEAS

A gorjeta entregue espontânea ou sugerida pelo empregado e recebida diretamente do consumidor pelo empregado deverá ter seu reconhecimento para efeitos de remuneração nos moldes do §2 do art.º 457 CLT e será estimada, para fins de recolhimentos de encargos sociais e de FGTS, nos moldes da Súmula nº. 354 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e consoante

| Função/Local Luxo | | 1ª | 2ª | 3ª |
|-----------------------------------|---------|--------|--------|--------|
| Sala | | | | |
| 1º Maitre d' hotel | | 80,00% | 60,00% | |
| 2º Maitre d' hotel | | 60,00% | | |
| 3º Maitre d'hotel | | 50,00% | | |
| Garçom | | 90,00% | 70,00% | 40,00% |
| Barmen | | 80,00% | 60,00% | 30,00% |
| Cummim | | 40,00% | 20,00% | |
| Etáge | | | | |
| Garçom | | 30,00% | 30,00% | |
| Garçom d'étage | | 20,00% | | |
| Cummim | | 15,00% | 10,00% | |
| Restaurante | | | | |
| Maitre d'hotel | 100,00% | 70,00% | 45,00% | |
| Garçom | 100,00% | 70,00% | 45,00% | |
| Cummim | 100,00% | 70,00% | 45,00% | |
| Lanchonete | | | | |
| Garçom | | 25,00% | | |
| Bares, Cafés e Sorveterias | | | | |
| Garçom | | 15,00% | | |

Parágrafo Primeiro – A gorjeta que for incluída na nota de consumo pelo empregado, desde que permitida pelo consumidor e repassada integralmente para os trabalhadores, será equiparada à gorjeta espontânea.

Parágrafo Segundo – Se os empregados decidirem repartir o valor recebido a título de gorjeta espontânea, os critérios de distribuição deverão ser depositados obrigatoriamente no SINDICATO Laboral através de Acordo Coletivo de Trabalho nos moldes do art. 611 – A§ IX CLT

Parágrafo Terceiro – O empregado que, ao receber a gorjeta espontânea, não informar de forma comprovada, nos termos do caput desta cláusula ao empregador diariamente os valores recebidos a tal título, estará sujeito ao regime de integração de estimativa das gorjetas previsto pelo caput da presente cláusula, eis que presumir-se-á nada ter percebido a tal título.

Comissões

CLÁUSULA NONA - DAS TAXA DE SERVIÇO OU GORJETA INCLUIDA NA NOTA DE CONSUMO

Na hipótese de ser estabelecido percentual incidente sobre o valor das notas de despesas, a título de gorjeta, este quantitativo poderá ser objeto de acordo entre a empresa e os empregados, de modo a regular a sua instituição, forma de distribuição, retenção e demais aspectos, em conformidade com o artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tal acordo deverá ser pactuado com a interveniência do sindicato laboral e sindicato patronal, de acordo com o artigo 611 – A § IX e 612 da CLT sendo autorizado, no caso de homologação do referido acordo, reter do total da arrecadação correspondente as gorjetas/taxas de serviço, para custeio de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários derivados da integração das gorjetas à remuneração nos seguintes percentuais:

- a) 20% de retenção para as empresas inscritas em regime de tributação federal diferenciado;
- b) 30% de retenção para as empresas não inscritas em regime de tributação federal diferenciado que cobrem até 10% sobre o valor das notas de despesas, a título de gorjeta;
- c) 33% de retenção para as empresas não inscritas em regime de tributação federal diferenciado que cobrem acima de 10% a título de gorjeta sobre o valor das notas de despesas ou para aquelas que distribuam valores referentes à participação em lucros e resultados.

Parágrafo Único - Ficam ratificados os acordos já existentes, firmados entre a empresa e o empregado, sobre a inclusão na conta de qualquer taxa de serviço, gratificação ou gorjeta espontânea.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA - HOMOLOGAÇÃO

As homologações poderão ser efetuadas até quinze dias após o término do aviso prévio, respeitando os prazos de quitações previstos no artigo 477 da CLT.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMPREGADA GESTANTE

É assegurado a empregada gestante estabilidade no emprego desde a constatação até 5 (cinco) meses após o parto. Salvo se houver pedido de demissão, com assistência do Sindicato.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTOS INDEVIDOS

As empresas não deverão descontar dos empregados, o valor das despesas pagas em cheques pelos clientes, com insuficiência de fundos, por quaisquer outro motivo, desde que sejam obedecidas as normas estabelecidas pela empresa, as quais deverão ser fornecidas por escrito ao empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - BENEFÍCIOS GRATUITOS

As empresas abrangidas pelo presente instrumento deverão garantir gratuitamente ao empregado os seguintes direitos:

- A) Um local adequado para asseio pessoal.
- B) Um local adequado para troca de roupas.
- C) Alojamento para pernoite ou valor correspondente ao transporte, para facilitar o retorno de seu empregado, em horário que seja impossível o retorno à residência.

ARÁGRAFO ÚNICO: Nenhuma das vantagens acima poderá ser considerado salário “*In natura*”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPREGADA ESTUDANTE

As empresas facilitarão a troca de horários de seus empregados estudantes em estabelecimento de ensino de 1º ao 3º graus, que trabalhem em regime de turno, nos dias de provas escolares, desde que pré avisadas no prazo de 5 (cinco) dias dos referidos exames.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FERIADOS

O trabalho realizado por empregados efetivos, nos domingos e feriados, quando não compensados, serão pagos em dobro, em conformidade com o que dispõe o enunciado 146 da súmula do TST.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A compensação de que trata esta cláusula, será de 2 (dois) dias úteis por dia de trabalho efetivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Aplica-se a totalidade desta cláusula disposto nos artigos 67 à 71 da CLT e portaria MPT n.º 417/76

PARÁGRAFO TERCEIRO: Para fins de aplicação do presente instrumento e na forma da legislação em vigor, serão considerados feriados: os locais e religiosos (dias santificados), e os seguintes dias:

A) 11 de Agosto (Dias dos Garçons, Barmen e Maitres)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - UNIFORMES

As empresas empregadoras fornecerão gratuitamente os empregados apresentados por este instrumento, uniformes ou peça de vestuário (avental, calça, sumê, blazer, gravata, camisa e etc...), quando por elas exigidas na prestação do serviço ou se a atividade assim o exigir, que deverão ser devolvidos, quando desligado da empresa. (para uso exclusivo).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE NOVAS CONDIÇÕES

Ajustam as partes que durante a vigência deste instrumento fica assegurado aos empregados, aplicação de outras condições de trabalho e de remuneração, que vierem a ser definidas em acordos coletivos supervenientes, desde que mais favoráveis, sendo que as antecipações salariais concedidas, só poderão ser descontadas na próxima Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os acordos coletivos supervenientes não poderão prejudicar o estipulado neste instrumento, sendo nula qualquer cláusula que altere “In pejus” as condições previstas neste instrumento.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho dos empregados integrantes desta categoria profissional, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, observando o limite diário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Será computado como salário efetivo, o tempo em que o profissional estiver a disposição do empregador, a contar de sua apresentação no local predeterminado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será assegurado ao trabalhador, o período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso entre duas jornadas de trabalho sucessivas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a ocorrência de horas extras suplementares e jornada normal de trabalho, a remuneração das referidas horas terão um adicional de 70% (setenta por cento) nas primeiras duas horas, 80% (oitenta por cento) nas subsequentes e 100% (cem por cento) nas folgas e feriados.

PARÁGRAFO QUARTO: As empresas que tiverem necessidade, quer por força de suas atividades, ou por força de seus critérios de trabalho, poderão mediante acordo firmado entre empregador e empregado, com expressa anuência dos sindicatos signatários da presente convenção, ajustar compensação de horário de trabalho em regime de revezamento de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso.

PARÁGRAFO QUINTO: As empresas quando promoverem jornada de trabalho em dias de descanso semanal e não determinarem outro para esta finalidade nos 5 (cinco) dias subsequentes, terão que remunerar as horas trabalhadas com acréscimo de 100% (cem por cento), sobre o valor da hora normal. Contudo, poderá com anuência do sindicato da categoria firmar período até 30 (trinta) dias subsequentes, quando da extrema necessidade de trabalho para o funcionamento da empresa.

PARÁGRAFO SEXTO: As empresas que por força de sua atividade ou critério de trabalho poderão ajustar diretamente com seus empregados, com a devida anuência do sindicato autoral e sindicato patronal, acordo por escrito de compensação ou prorrogação de jornada semanal, inclusive com regime de revezamento na forma que melhor convier as partes, Jornada Flexível e Regime de Tempo Parcial, sem prejuízo do disposto nesta convenção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Não será devido pagamento de horas extras quando o excesso de horas de trabalho em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia de trabalho, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

PARÁGRAFO OITAVO: Na hipótese rescisão do contrato de trabalho, sem que ocorra

compensação integral do horário extraordinário, na forma do parágrafo anterior, o empregado fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA

Caso a prorrogação da jornada normal de trabalho seja por tempo superior a 2 (duas) horas e ele coincidir com intervalo para alimentação do turno, a empresa deverá fornecer ao empregado a refeição ou o seu valor correspondente.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTEGRAÇÃO DE HORAS SUPLEMENTARES

Para efeito de pagamento de férias, 13º salário, repouso semanal remunerado, aviso-prévio, e FGTS, as horas extras habitualmente prestadas integrar-se-ão ao valor da remuneração, observado os enunciados 76 e 291 do Egrégio TST.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISO

As empresas deverão reservar a disposição do SIGABAM, espaço para quadro de aviso, com o fim único de fixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, sendo vedado seu uso para fins políticos partidário ou de natureza religiosa.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas remeterão ao Sindicato, relação mensal dos empregados admitidos até 05 (cinco) dias após a admissão ou demissão, assim como as guias de GPS do mês.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

As empresas descontarão dos salários base dos empregados representados neste instrumento, em favor do SIGABAM - SINDICATO DOS GARÇONS, BARMEN E MAITRES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, à título de Contribuição Assistencial no período de 01/10/2019 à 30/09/2021, a importância de 2% (dois por cento) de seus salários, em relação a categoria representada por este Sindicato constantes da folha de pagamento relativa ao mês anterior. Esta importância deverá ser recolhida até o dia 15 (quinze) do mês subsequente na conta corrente nº **13081603-2- do Banco Santander S.A., Agência 3003.** em guia fornecida pela Entidade Sindical da Categoria Profissional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado que não for filiado ao sindicato, garante o amplo direito de oposição há qualquer tempo, durante a vigência deste Instrumento Coletivo.

I - O referido direito do parágrafo 1º deverá expressar-se por escrito, na **Sede do SIGABAM**, localizada na Rua Visconde de Inhaúma, 134 – sala 930 – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

II - Poderão, ainda, os não filiados, manifestar-se ou por meio postal ou eletrônico (Conforme termo de compromisso ajustamento de conduta nº 87/2015 firmado no Ministério Público do Trabalho).

III – Deverão as empresas dar ampla publicidade do referido parágrafo 1º através de divulgação no quadro de aviso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas que efetuarem o pagamento diretamente no sindicato dos Trabalhadores, poderão fazê-lo até o dia 15 do mês subsequente, sem qualquer acréscimo moratório, com direito a oposição na mesma por escrito na sede do sindicato autoral.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O não recolhimento nas datas aprazadas implicará multa de 2% (dois por cento), incidente sobre o total do débito apurado e acrescido de juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Todas as empresas descontarão de todos os trabalhadores representados pelo presente Instrumento coletivo de trabalho, no mês de março de 2020 e 2021, a contribuição Sindical prevista no artigo 580 da Consolidação das Leis do Trabalho, na conformidade do Art. 579 da CLT em favor do Sindicato Laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL EM FAVOR DO SINDICATO PATRONAL

As empresas recolherão até o dia 5 (cinco) de cada mês a importância de 0,5%(meio por cento) da folha de pagamento dos salários base de seus funcionários no período de 01/10/2019 a 30/09/2021, em favor do SINDSUL BM - SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE BARRA MANSA-Patronal, em guias fornecidas pelo Sindicato para efetivação do referido recolhimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES

Fica estabelecido que os empregadores anexarão ao pagamento as Contribuições Associativas, descontada em folha mês a mês, independentemente da taxa assistencial, conforme relação nominal dos empregados associados.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO PERÍODO E DA VALIDADE DA CONVENÇÃO

Esta Convenção terá validade por 24 meses, ou seja, de 01/10/2019 a 30/09/2021, exceto a **Cláusula 3ª e parágrafos 1º e 2º**, que tratam de reajustes salariais, tabelas salariais, que serão renovadas/discutidas por ocasião da data base que fica mantida no mês de Outubro, assim, fica garantida a revisão das referidas cláusulas para definição de reajuste salarial, piso salarial, tabela salarial, para o mês de Outubro de 2020, e caso as partes não cheguem a acordo sobre a questão, fica desde já as partes acordantes, mutua ou individualmente, autorizadas à interposição de dissídio coletivo, ou uso de qualquer outro dispositivo instrumento legal para definir a questão. Ficando eleita a justiça do trabalho para dirimir toda a controvérsia oriunda da presente.

ANTONIO FRANCISCO DOS ANJOS FILHO

Presidente

SIGABAM - SINDICATO DOS GARCONS BARM E MAI DO EST DO RJ

ALEXANDRE MAGNO VIEIRA

Presidente

SINDICATO DOS HOTEIS RESTAURANTES BARES E S DE B MANSA

ANEXOS
ANEXO I - CONVOCAÇÃO, ATA DA ASSEMBLEIA E LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.